

# | 429 | CIDADE E CAMPO: PARA ALÉM DOS CRITÉRIOS E ATRIBUTOS, AS RELAÇÕES E CONTRADIÇÕES ENTRE O URBANO E O RURAL

Alcione Talaska, Rogério Leandro Lima da Silveira, Virginia Elisabeta Etges

## **Resumo**

Este texto traz uma contribuição ao debate sobre a questão cidade-campo e urbano-rural, apontando elementos históricos, teóricos, conceituais e metodológicos que articulados contribuam para aprofundar a reflexão e trazer subsídios para ampliar a compreensão dessa problemática. Para tanto, considera-se a necessidade de ir além dos critérios e atributos usualmente tomados como definidores do urbano e do rural e, assim, considerar novas perspectivas, nesse contexto, com destaque para as relações, as interdependências e as contradições entre o urbano e o rural.

**Palavras-Chave:** Urbano-Rural, Campo-Cidade - Relações - Contradições

## **Introdução**

As transformações histórico-espaciais nas formas de organização da sociedade têm desafiado estudiosos a construir e desenvolver métodos para explicar a realidade do mundo atual. Estas reflexões muitas vezes são marcadas por critérios capazes de distinguir, caracterizar e compreender o modo de organização da sociedade, mesmo sem considerar, nesse limiar, toda a complexidade engendrada na estruturação e configuração dessa organização.

Incluída nessa observação está a questão da quantificação e qualificação do que é cidade e campo, do que é urbano e rural e do entendimento de suas analogias, relações e contradições. Essa questão tem chamado a atenção de pesquisadores, muito em virtude das intensidades e ritmos com que as transformações se estabelecem no “tempo-espaço” (HARVEY, 1996).

Nesse contexto, o presente texto aborda a problemática da questão cidade-campo, urbano-rural, buscando apontar elementos históricos, teóricos, conceituais e metodológicos no intuito de organizar uma reflexão que contribua para aprofundar a compreensão dessa problemática.

Primeiramente, buscamos resgatar o surgimento da contraposição campo-cidade. Esse procedimento se justifica por considerarmos que para compreendermos essa questão na atualidade, precisamos compreender o processo de sua construção. A partir daí, contextualizamos a questão na contemporaneidade, revelando a existência de um processo

de complexização do modo de organização socioespacial da sociedade que acaba trazendo novos elementos que dificultam a definição e caracterização da cidade-campo e urbano-rural.

Posteriormente, sistematizamos alguns critérios e atributos usualmente empregados para a caracterização do urbano e rural, para na sequência indicar que a simples distinção, por meio de definições estatísticas, não é suficiente para a compreensão da dinâmica da sociedade em sua totalidade. Para isso se faz necessário considerar as complementaridades e diferenças espaciais e funcionais existentes, compreendendo os processos contraditórios de desenvolvimento histórico da sociedade e identificando os traços particulares, a essência do urbano e a do rural.

Nesse sentido, através das discussões teóricas apresentadas, sinalizamos que o urbano extrapola territorialmente os limites da cidade e, portanto, uma abordagem analítica que considere a superposição das formas urbanas e rurais, um *continuum* espacial, pode contribuir para o entendimento da dinâmica de um espaço que está em constante transformação.

### **Campo e Cidade: A origem da contraposição**

Compreender a atual questão remete ao entendimento, mesmo que de uma forma resumida e sem um maior aprofundamento, do surgimento da contraposição campo-cidade, se é que assim podemos dizer. Milton Santos, em fevereiro de 1977, escreve orientando-nos que para pensar e entender o presente, é imprescindível um esforço no sentido de considerarmos o processo histórico dos fatos. Mesmo, que o tempo passado encerre momentos, ele igualmente, preserva e cristaliza formas-objetos que abrigam a essência da história da sociedade e, dessa maneira, se optarmos por desconsiderá-lo, correremos o risco de nos envolvermos num presente abstrato (SANTOS, 2004a).

Assim, podemos compreender que o “espaço é acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 2004a,p.11) e, da mesma forma, que a cidade e o campo de hoje são o resultado cumulativo de suas formas anteriores, do processo contraditório de sua construção, destruição, manutenção e transformação através dos tempos. Há assim, uma sequência de processos que acabam por configurar o espaço geográfico, conferindo-lhe particularidade a cada novo olhar, num contexto de desenvolvimento histórico.

A compreensão da questão campo-cidade exige, então, a busca da origem da sua constituição. Atribuição realizada por Mumford (1998,p.11) que indica:

Antes da cidade, houve uma pequena povoação, o santuário e a aldeia, antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo

isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, essencialmente, com outras espécies animais.

Assim, no período Paleolítico, antes das cidades e da aldeia, o nomadismo levava o homem a viver numa relação orgânica com a natureza, sem fixar-se em determinado ponto do espaço. Sua relação com lugares fixos se realizava, sobretudo, na utilização de cavernas para o abrigo e guarda de instrumentos (MUMFORD,1998; SPOSITO,2000).

A primeira condição necessária para o surgimento das cidades, e, portanto, para o aparecimento da contraposição, seja espacial ou de relações entre campo e cidade, ocorreu no período Mesolítico, há aproximadamente cerca de 15 mil anos, momento no qual o homem inicia o processo de domesticação de animais e da prática da agricultura, como afirmam Mumford e Sposito. Paralelamente a esse processo, o homem deixa de ser nômade, para ocupar permanentemente determinadas áreas, por conseguinte formando aldeias<sup>1</sup>, lugares que propiciavam melhores condições para a fecundidade, nutrição e segurança. O domínio sobre a agricultura e a domesticação dos animais implicaram na “permanência e continuidade da residência e no exercício do controle e previsão dos processos outrora sujeitos aos caprichos da natureza” (MUMFORD,1998,p.18), processos que se configuraram em grandes mudanças para o homem do neolítico.

A segunda condição, segundo Sposito (2000), foi a organização social, que só se tornou possível com a divisão do trabalho. Isso decorreu do fato do homem, agricultor, produzir excedentes alimentares, permitindo a liberação de alguns outros homens para desenvolverem outras atividades, resultando um processo de crescente aglomeração num mesmo território. Em que pese o contexto econômico, de relações de troca, esse processo era também eminentemente social e político, visto que o surgimento das primeiras cidades, enquanto formas espaciais concretas, fruto de acumulação de relações sociais, ocorrido muito provavelmente há cerca de 5 mil anos na Mesopotâmia, mantinha uma característica de estruturação interna na qual a elite se localizava sempre ao centro.

Nesse contexto, a contraposição campo-cidade se materializava no sentido de que os governantes e as atividades especializadas, intelectuais e de comércio se localizavam e se realizavam na cidade, denotando uma diferenciação espacial de usos. O papel ou as

---

<sup>1</sup> Mumford (1998) afirma que as aldeias neolíticas mantinham presentes, mesmo que em forma primitiva, muitas estruturas e símbolos urbanos. Aglomeravam-se cabanas de barro cozido ou de construções de “caniço e lama”, de forma baixa e arredondada e, ao seu redor, estendiam-se canteiros e plantações. As aldeias deram forma ao seu próprio oratório, seu próprio cemitério, poço e a um estilo de vida similar, com uma divisão do trabalho, que se já existia, era bastante rudimentar. Por tudo isso, “a estrutura embrionária da cidade já existia na aldeia” (MUMFORD, 1998, p.26).

funções da cidade estavam direcionados a atividades de “organização, direção, políticas e elaboração de conhecimento” (ENDLICH,2006,p.11). Mais do que isso, a contraposição era nítida na antiguidade, os seus limites físicos eram bem definidos, sobretudo, pela existência de muralhas ou fossos que cercavam as cidades e serviam de barreiras de proteção (MUMFORD,1998; SPOSITO,2000). A cidade se constituía, nesse período, “fortemente aglutinada atrás de uma couraça protetora de muralhas”, distinguindo-se “da região vizinha por onde prolongavam-se, por vezes, precários arrabaldes e onde reinava a agricultura” (BEAUJEU-GARNIER,1997,p.04). Quanto ao campo, esse se traduz a um “lugar de produção e de obras”, onde a produção agrícola faz nascerem produtos e a paisagem é vista como uma obra que “emerge da terra lentamente modelada” (LEFEBVRE,2001,p.66), ou seja, sua função principal é produzir alimentos e matérias primas para serem comercializados e/ou transformados na cidade.

À medida que as cidades ganhavam importância política e econômica, principalmente pelo avanço técnico e crescimento demográfico, as formas espaciais da cidade extrapolam os limites de suas antigas muralhas. Nesse aspecto, o aperfeiçoamento, mesmo que rudimentar, dos meios de transporte permitiu o recolhimento de matérias-primas e alimentos em distâncias mais longas, e estimulado pelo desenvolvimento industrial, favoreceu a multiplicação das formas da cidade sob vários aspectos, fazendo com que se alargassem através do campo (BEAUJEU-GARNIER,1997). Desse modo, a partir da ampliação das formas e, propriamente, das relações urbanas, torna-se extremamente complexa a tarefa de definir limites ou mesmo conceitos sobre o que é cidade e o que é campo, visto que, como indica Lefebvre (2001), a relação campo-cidade alterou-se intensamente no decorrer do tempo histórico, segundo épocas e modos de produção.

### **A cidade e o campo, o urbano e o rural na atualidade - contextualizando o problema**

Se na antiguidade os limites campo-cidade podiam ser considerados nítidos, na atualidade tal afirmativa não é mais verdadeira. Isso decorre, sobretudo, de uma série de transformações socioespaciais que ocorreram principalmente após a Revolução Industrial.

Tem sido postulado que tais transformações acentuaram, em dado momento, a possibilidade de diferenciação entre o campo e a cidade, especialmente em razão dos avanços técnicos provocados, que significaram a ampliação da centralização econômica e social da cidade, tornando seu modo de vida e organização singulares em relação ao restante do espaço. Na verdade, entretanto, o advento da Revolução Industrial, devido a ampliação e

intensificação de relações entre o urbano e o rural, “introduziu uma confusão total” (BEAUJEU-GARNIER,1997,p.09).

A distinção urbano-rural torna-se menos acentuada, menos clara, a ponto de se poder confundi-la, pois a intensificação das atividades e relações capitalistas de produção e, conseqüentemente, a maior interação, por meio de articulações e fluxos cada vez mais frequentes, faz com que a indústria mantenha presença marcante no campo e o trabalhador rural na cidade (o boia-fria), por exemplo(ROSA & FERREIRA,2006).

Mais recentemente, com o aprofundamento das mudanças decorrentes do processo de industrialização e da constituição do meio técnico-científico-informacional (SANTOS,2004b), que propiciaram uma reconfiguração e complexização no modo de organização socioespacial da sociedade, promovendo alterações na composição das densidades espaciais, na dinâmica de interligações e nas significações funcionais da cidade e do campo, o debate a respeito da questão da interpretação sobre o que é cidade e campo e sobre o que é urbano e rural adquiriu importância no debate acadêmico, instigando muitos pesquisadores a aprofundarem o tema.

Endlich (2006) e Rosa & Ferreira (2006) indicam que esse debate foi revigorado pela observância de alguns fatos novos que marcam a reorganização da sociedade, tais como:

- Atividades não tradicionais que passaram a desenvolver-se no campo, denotando uma “resignificação” do meio rural: desde a utilização de novos produtos agropecuários, decorrentes do processo de industrialização da agricultura, especialmente após a “Revolução Verde”, e a questão do assalariamento dos trabalhadores do campo; até atividades caracterizadas por não serem tipicamente agropecuárias, como aquelas vinculadas à prestação de serviços, atividades de entretenimento ou mesmo moradia;
- Falta de critérios mais precisos para a definição do que é cidade e por oposição o que é campo, que acaba revelando um processo de urbanização questionado.
- Processo de desmetropolização, através de uma reestruturação produtiva apoiada na desconcentração espacial das atividades econômicas, sobretudo, com empresas buscando novos mercados, proximidade das áreas produtoras de matérias primas e até mesmo incentivos fiscais;
- Interdependência econômica e social entre o campo e a cidade, o rural e o urbano.

Desse contexto, entendemos que a caracterização da cidade-campo, do urbano-rural, na atualidade é um processo complexo. As mudanças recentes verificadas nas formas

de organização da sociedade assinalam transformações que se engendram de forma não homogênea e linear no tempo-espaço, com estruturação e reestruturação de fluxos, relações e contradições em diferentes níveis de intensidades entre a cidade e o campo. Assim, talvez não seja mais possível a distinção entre esses espaços, ou, como afirma Sposito (2006,p.112), “ainda que essas distinções e oposições possam [...] ser reconhecidas, elas não são suficientes para a análise da ‘questão cidade-campo’ em termos mais completos”.

Em decorrência, como entender então o que é urbano e o que é rural na atualidade? A resposta a esse questionamento passa necessariamente pelo esforço de sistematização dos critérios ou atributos utilizados para tal definição/caracterização e, mais do que isso, pela necessidade de compreensão das relações, contradições e complementariedades existentes entre o urbano e o rural.

### **Principais critérios e atributos utilizados para a definição dos espaços urbanos e rurais**

Determinados critérios são usualmente empregados para a caracterização dos espaços urbanos e por oposição ou complementação dos espaços rurais. Segundo Endlich (2006), alguns deles sempre estiveram atrelados aos espaços urbanos, permanecendo como marcas das cidades desde a antiguidade, outros são construções recentes na tentativa de desobscurecer a questão cidade-campo. Nesse sentido, sistematizamos na sequência alguns critérios selecionados.

Em uma abordagem normativa, o critério *limites oficiais ou político-administrativos* revela o urbano e rural como adjetivos territoriais (ENGLICH,2006). Trata-se de adjetivar, por meio de legislação, porções territoriais, criando uma dicotomia urbano-rural similar àquela definida por muralhas na antiguidade. Esse critério expressa no plano territorial os limites entre a cidade e campo, delineando *unidades-espaciais* urbanas e rurais. Esse critério, segundo Sposito (2006,p.121), se traduz pela expressão “cidade≠campo (cidade diferente do campo)”.

As limitações da utilização desse critério, no caso brasileiro, são bastante conhecidas e, conseqüentemente, esse critério é alvo de inúmeros questionamentos. Primeiramente, porque o estabelecimento dos limites urbano-rural é realizado por meio administrativo e arbitrário, ou seja, pela definição do perímetro urbano realizado por lei municipal, sem considerar outros atributos. Nesse sentido, o rural é entendido como o algo remanescente para além da área do perímetro urbano.

A partir desse critério têm-se a diferenciação da forma de extração da renda da terra, se urbana ou rural, e conseqüentemente tributação, se urbana (IPTU) ou rural (ITR). Por meio desse critério é possível também tecer algumas considerações acerca do aumento dos índices de urbanização, já que os habitantes dessas unidades-espaciais são contabilizados nos censos demográficos como população urbana ou rural<sup>2</sup>.

Outro critério usualmente utilizado é a *definição de um patamar demográfico*. Nesse critério utiliza-se o número absoluto da população e define-se o urbano pela aglomeração de pessoas e o rural pela dispersão. O patamar demográfico é estipulado de forma arbitrária e, por isso, sujeito a contestações, principalmente pela simplificação da interpretação do urbano ao tamanho de sua população (BERNARDELLI,2006; ENDLICH,2006).

A *densidade demográfica*, outro critério empregado para a definição do urbano e rural, utiliza a proporção do número de habitantes em relação a determinada área, ao invés do número absoluto da população. Nesse caso, o urbano é identificado pela maior densidade demográfica, enquanto o rural pela menor densidade demográfica (ENDLICH,2006). Paralelamente a esse critério, Sposito (2006,p.113) indica a *concentração demográfica* como um atributo das cidades, não somente ao que se refere ao adensamento de pessoas, “mas de obras, objetos, de infraestruturas, de equipamentos, de edificações, de acontecimentos, de ideias, de valores, de possibilidades, etc”. Assim, a cidade é considerada a partir de suas características em comparação com o campo, podendo-se designar “cidade versus o campo”, numa perspectiva que demonstra que a “cidade é o que o campo não é”. Porém, como salientam Bernardelli (2006) e a própria Sposito (2006), a determinação de níveis de densidade habitacional deve ser ponto de partida das análises e nunca ponto de chegada, pois a urbanização é um processo complexo e não deve ser simplificado ao aspecto populacional.

A *ocupação econômica da população* é outro critério. Nessa perspectiva, o urbano está associado às atividades secundárias e terciárias, enquanto o rural vincula-se essencialmente às atividades primárias. Assim, conforme Bernardelli (2006,p.35), o “caráter urbano amplia-se quanto maior o nível e a quantidade de atividades não agrícolas presentes”, sendo essencial a presença de atividades do setor terciário. Nesse contexto, a definição do urbano, e por contraposição o rural, estaria vinculada ao estabelecimento de uma proporção maior ou menor de habitantes ocupados economicamente com atividades

---

<sup>2</sup> Por meio dessa forma de quantificação, o Brasil apresenta sucessivos aumentos nas taxas de urbanização, alcançando em 2011, 84,36% (IBGE,2011). Essa informação indica a existência de um processo constante de deslocamento da população que vive em áreas não qualificadas como perímetro urbano para o interior das áreas qualificadas como perímetro urbano.

secundárias e/ou de serviços. A crítica a este critério, refere-se a sua não suficiência para caracterizar e explicar o urbano e rural, sobretudo, no modo de organização da sociedade atual, onde verificam-se atividades não primárias sendo desenvolvidas no campo e, em alguns casos, atividades primárias sendo desenvolvidas em áreas entendidas como cidade.

De uma maneira geral, como indicam Sposito (2006), Endlich (2006) e Bernardelli (2006), os critérios e atributos apresentados parecem não satisfazer a compreensão da atual realidade urbana-rural. Nesses referenciais os conceitos de urbano e de cidade estão mesclados e confundem-se. Assim, a compreensão da essência da questão cidade-campo, e urbano-rural, requer a consideração de outras dimensões e abordagens que extrapolam definições fundamentadas em estatísticas e em normatizações arbitrárias e, sobretudo, que possibilitem a compreensão das novas formas de manifestação das práticas socioespaciais do mundo contemporâneo.

### **Para além dos critérios e atributos: as relações e contradições entre o urbano e o rural**

A consideração e a definição do urbano e do rural a partir dos critérios anteriormente mencionados, de “forma descontextualizada, sem analisar a historicidade presente nos fatos e processos, parece estático demais” (ENDLICH,2006,p.19). Essa afirmação está relacionada com a necessidade de se entender a dinâmica da sociedade em sua totalidade, na qual a simples distinção e oposição urbano-rural não são suficientes.

Nesse sentido, se as perspectivas mencionadas anteriormente trazem, de forma generalizada, o entendimento da existência de uma oposição entre urbano e rural, a abordagem da “diferenciação social”, possibilita, enquanto procedimento analítico, considerar os processos de “relação entre cidade e campo”. E dessa forma, revelar os sentidos e papéis desses espaços e conseqüentemente a “unicidade e complementaridade compreendida por esse par dialético” (SPOSITO,2006,p.115).

Assim, para além dos critérios e atributos para a definição do urbano e do rural, compete-nos buscar a compreensão dos movimentos e forças que os articulam e os produzem, o que “exige não apenas a apreensão dos fatos, mas uma teoria, no âmbito da qual os conceitos de urbano e rural constituem-se em ferramentas fundamentais para se compreender cidade e campo” (SPOSITO,2006,p.116).

Nesse contexto, podemos citar a teoria dos lugares centrais de Christaller (1933), que embora tenha promovido muitas polêmicas e tentativas de verificação e refutação, indica uma forma de analisar as cidades e seu espaço de relação. Essa teoria, como afirma Beaujeu-

Garnier (1997), pode ser considerada uma abordagem metodológica e conceitual, e estabelece à cidade o papel de lugar central, “um núcleo susceptível de unificar, de dominar, de organizar a periferia” (BEAUJEU-GARNIER,1997,p.15).

Explicitando essa afirmativa, Beaujeu-Garnier (1997,p.11) indica que a cidade, enquanto “concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda a espécie [...], com uma capacidade de organização e transmissão, é ao mesmo tempo sujeito e objeto”. É objeto por se constituir materialmente (“o quadro urbano”), e é sujeito por “exercer influência nos seus habitantes”, mantendo ligações complexas com espaços que ultrapassam o seu quadro urbano.

Assim, o papel da cidade engloba a “noção de difusão de um bem ou de um rendimento e a do limiar da sua população”<sup>3</sup> (BEAUJEU-GARNIER,1997,p.430), indicando a tendência do urbano se alargar para além de seus limites e conseqüentemente permitindo a separação dos conceitos de cidade e urbano, mesmo ambos possuindo conexões profundas (ENDLICH,2006).

Mesmo considerando que a cidade é marcada pelo predomínio de relações secundárias e de negociações e o campo pelas relações primárias, Wirth (1987) afirma que os modos de vida produzidos nesses espaços se interpenetram. Para esse autor, o urbano e rural não devem ser interpretados como opostos ou como espaços e modos de vida separados e sem contato. O modo de vida produzido na cidade, o urbano, é influenciado, em certa medida, pelo modo de vida produzido no campo, o rural, e do mesmo modo, o “urbanismo”<sup>4</sup> é espraiado para além das fronteiras da cidade, denotando a ideia de cultura urbana. Nas palavras do autor: “o urbanismo não está confinado a tais localidades, mas manifesta-se em graus variáveis onde quer que cheguem as influências das cidades” (WIRTH,1987,p.96).

Nessa concepção, a cidade apresenta-se como espaço da diversidade de objetos e ações, e o urbano é entendido como o modo de vida de quem vive na cidade, mas que extrapola os limites físicos desta. Ao ponto do rural, em virtude da influencia do modo de

---

<sup>3</sup> Segundo Beaujeu-Garnier (1997), a função de difusão exercida pela cidade, está relacionada com a disposição do consumidor realizar determinado trajeto para ter acesso a determinado bem ou serviço. Já a função do limiar da população está relacionada com as condições necessárias para que certa atividade possa funcionar. Convém ressaltar também, que a centralidade exercida pela cidade não se resume a um só número, mas sim a consideração de uma gama de atividades, até para que se verifique o grau da centralidade exercida sobre áreas exteriores à cidade (ENDLICH,2006).

<sup>4</sup> Para Wirth (1987), o termo urbanismo não deve ser confundido com urbanização ou com a entidade física da cidade. Esse termo possui o significado de modo de vida urbano, que se estende para além dos limites da cidade. Nesse sentido, segundo Endlich (2006,p.20), o termo urbanismo utilizado por Wirth “possui significado equivalente a urbano”.

vida urbano, ser considerado como praticamente superado, como relata Endlich (2006). Nesse contexto, as cidades se acentuam como “elementos dominantes na nossa civilização e [estendem] enormemente o modo de vida para além dos [seus] limites” (WIRTH,1987,p.93), no campo.

Assim, segundo Endlich (2006,p.20) “embora possa ser mantida a preocupação com a definição de cidade, o urbano a extrapola. O urbano irradia-se a partir da cidade e atinge territorialmente os limites das influências dela”.

Não obstante, e com o entendimento de que o urbano e rural se referem a diferentes modos de vida, a perspectiva da sociedade urbana de Lefebvre é analisada por Endlich (2006). A autora indica que, com o avanço do capitalismo, os negócios dos capitalistas tornam-se urbanos e cria-se um modo de viver de base urbana, que se irradia pelos campos, por meio da assimilação de sistemas de objetos (eletricidade, objetos e estruturas tecnológicas...) e de valores (hábitos, padrão de consumo, modismos...).

Para Lefebvre (2001,p.69), a relação cidade-campo torna a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação e, desse modo, “a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o”. Simultaneamente, a condição de vida urbana penetra na condição de vida do campo, transformando características e elementos tidos como tradicionais, num processo marcado, às vezes, por resistências.

Conforme Endlich (2006), esta nova condição de vida urbana, se compreendida em uma forma mais ampla, pode gerar uma nova configuração de sociedade, a sociedade urbana de Lefebvre<sup>5</sup>. Pois para esse autor, as comunidades rurais são compreendidas como uma condição de vida que vem sendo superada material e culturalmente, e, portanto, a urbanização tenderia a apagar a distinção cidade-campo, por meio de “uma fusão da sociedade urbana com o campo” (LEFEBVRE,2001,69).

De maneira geral, essas possibilidades de abordagens teóricas trazem perspectivas urbanas, por meio das quais, se pode buscar a compreensão das transformações histórico-espaciais da sociedade. Reiterando algumas considerações, podemos ressaltar que a quantificação e também a qualificação dos espaços como urbano ou rural não se resumem à estipulação de critérios ou da simples ponderação de atributos. Essas abordagens teóricas indicam a apreensão de que pode-se conceber cidade-campo e urbano-rural como categorias

---

<sup>5</sup> Lefebvre (1999,p.15) denomina a sociedade urbana como “a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real”. Portanto, a sociedade que traz consigo a marca da industrialização e, mais do que isso, só pode ser “concebida ao final de um curso do qual explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas”. Assim, conforme Endlich (2006), a concepção de sociedade urbana de Lefebvre requer a apropriação do tempo e do espaço pelo homem, no sentido de transformação do cotidiano para alcançar o desenvolvimento, ou seja, requer avanço social e político em vários sentidos.

diferenciadas. As primeiras, campo e cidade, entendidas enquanto materialidade, meio, condição e produto da sociedade, espaços construídos/modificados que manifestam em seus conteúdos os processos contraditórios de desenvolvimento histórico da sociedade. E as segundas, o urbano e o rural, compreendidas enquanto relações sociais, ou seja, formas abstratas, também condição e produto do desenvolvimento histórico da sociedade, mas que extrapolam os limites morfológicos da cidade e, no sentido inverso, os limites do campo.

Essas formas abstratas, surgidas e derivadas da cidade ou do campo, mantêm constante embate entre si no tempo-espaço e acabam modificando pouco à pouco a configuração e o padrão de organização da sociedade, revelando, por exemplo, alterações nos “modos de vida” e, inclusive, possibilitando a constituição de uma nova condição de vida da sociedade, na perspectiva da sociedade urbana de Lefebvre.

Nesse contexto, essas formas abstratas representam o não aparente da cidade e do campo, sendo que para empreendê-las é indispensável compreendê-las a partir de sua essência. E a essência, segundo Cheptulin (2004), é manifestada mediante sua interação com outros objetos, fatos e processos que os cercam e influenciam, introduzindo modificações em seu conteúdo.

Assim, a compreensão da essência do urbano e do rural, suas relações, analogias e contradições, passa pela consideração da intrínseca relação sociedade-natureza, onde através de um processo dialético, materializado pelo trabalho, pelas relações sociais, pelos “sistemas técnicos e sistemas de ações” (SANTOS,2004b), a sociedade se organiza espacialmente e reproduz seu espaço, num processo indissociável com a natureza. Acredita-se, portanto, que a compreensão do urbano e do rural requer a consideração da dialética, onde a organização da sociedade no tempo-espaço se desenvolve através de movimentos, de mudanças, de processo de evolução/modificações, considerando o desenvolvimento das forças produtivas e a estruturação econômica e social.

Nessa perspectiva, entende-se que o urbano de hoje, nem sempre foi urbano, e sua configuração não foi homogênea ao longo tempo. Do mesmo modo, o rural de hoje não é igual ao rural de ontem, muito menos do rural de cem anos atrás, houve e há processos de mudança, de transformação, onde novos elementos, novas funções, novas ruralidades e novas urbanidades são verificados. Assim, a partir do olhar histórico e dialético sobre o urbano, o rural e suas relações concebe-se que nenhuma das configurações destes espaços são definitivas. Tudo tem uma forma anterior e uma forma posterior. Tudo está em movimento.

Há um encadeamento de processos, onde as influências das partes são totalizantes, tudo exerce influência em tudo. Por isso, nada está acabado, não há uma configuração final: isso é rural e isso é urbano e ponto! Há sim uma sequência de processos que acabam por configurar esses espaços diferentemente a cada novo olhar, num contexto de desenvolvimento histórico. A compreensão intrínseca da relação sociedade-natureza implica a compreensão das configurações geradas como um processo de desenvolvimento histórico. Contudo, estas configurações não são tão simples quanto aparentam. Para compreendê-las torna-se necessário entender como este processo se realiza, ou seja, o processo dialético de sua constante transformação.

Dessa forma, o espaço geográfico não só se transforma e se configura em campo ou cidade, mas mantém traços que não são simplesmente puros de um ou de outro. Assim, no interior de cada espaço urbano ou rural existem forças que se embatem, pois mantém características de polos opostos. Estas forças tendem para a afirmação e para a negação de características destes espaços.

Logo, o entendimento e a compreensão do urbano e do rural passam pela lógica da afirmação, negação e negação da negação. Os espaços urbano e rural apresentam contradições, enquanto um espaço é negado por não possuir característica que o outro tem, o outro espaço que possui tal característica é valorizado, portanto afirmado. Exemplo: O rural é afirmado por ter a capacidade de gerar alimentos para serem comercializados e consumidos no espaço urbano ou por proporcionar usos dificilmente possíveis de serem realizados nas cidades. Entretanto, é negado por carecer de serviços típicos urbanos. Assim, um espaço é afirmado pelo que possui, mas é negado pelo que não possui, num processo contraditório de presença e ausência. Desse modo, a afirmação de um espaço se dá pela negação do outro espaço. Nota-se, nenhum deixa de existir por isso, pelo contrário.

Portanto, as diferenças entre esses espaços se apresentam de forma a complementá-los, mas não tornando-os homogêneos. Do ponto de vista da dialética, o espaço urbano, por exemplo, é ao mesmo tempo o urbano e é o seu contrário, o rural. O urbano não existe sem o rural e o rural não existe sem o urbano. Embora, haja oposição/diferenças entre esses espaços, ambos só existem a partir de seu contrário. Isso equivale a dizer que uma afirmação não é absoluta, pois a afirmação contém uma parte da negação, exemplo: o rural, produtor de alimentos para comercializar na cidade, contém em si a necessidade dos serviços e características urbanas para existir, é a afirmação que contém parte da negação. Logo, pelos espaços urbanos e rurais conterem afirmações e negações

conflitantes, eles se transformam, se modificam num terceiro termo que é a negação da negação, a síntese.

O movimento de afirmação-negação ajuda na compreensão das modificações que ocorrem nesses espaços e da permanência de suas características próprias. Há, pois, movimentos de territorialização de atividades urbanas sobre o campo e conseqüentemente de desterritorialização de atividades rurais, mas há, também, a transformação do rural e do urbano num sentido que, enquanto síntese dessas contradições, geram uma nova realidade.

Assim, coexistem no território um conjunto de relações que originam a emissão, mediação e recepção de fluxos materiais e imateriais, tornando a oposição cidade-campo não absoluta, mas sim, relativizada e ganhadora de um sentido cada vez maior de complementaridade.

Avançando nesse ponto, em que pese a oposição ainda remanescente entre a cidade e campo, entre o urbano e rural, verificamos que a dificuldade da distinção, no plano das formas espaciais, da cidade e do campo, alargada pela ampliação das áreas de transição entre as morfologias urbana e rural, requer a consideração de uma nova forma de se pensar a questão e, sobretudo, a forma espacial de análise.

Nesse aspecto, diversos autores propõem a consideração de uma superposição de formas espaciais urbanas e rurais, formando um *continuum* espacial. Esse conceito, segundo Rosa & Ferreira (2006), não é recente. Foi elaborado por Robert Redfiel em meados de 1930 para explicar as variações e continuidades entre os aspectos culturais de populações urbanas e rurais.

Esse reconhecimento, segundo Sposito (2006,p.121),

não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território, ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos do solo, de práticas sócio espaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano.

Assim, essa proposição consegue conter contraditoriamente o urbano e o rural “superpostos, amalgamados e intrinsecamente relacionados” (SPOSITO,2006,p.122). Essa superposição, além de superar a oposição entre o campo e a cidade, engloba todo o ritmo de mudanças recentes que marcam a organização da sociedade, resultados da lógica da produção territorial da cidade no modo de produção capitalista.

A noção do *continuum* implica considerar a existência de uma graduação entre o urbano e o rural, de modo que pode-se identificar diferentes níveis escalares de urbano ou de

rural, os quais seriam níveis de transição entre os extremos urbano e rural. É nesse aspecto que o *continuum* se diferencia das perspectivas que buscam definir territórios como unicamente urbanos ou rurais, num sentido arbitrário de delimitação do que é urbano e do que é rural, como exposto anteriormente.

Essa perspectiva, entretanto, quando analisada com maior acuidade, permite a verificação da existência de duas vertentes, as quais os autores, inclusive aqueles trazidos nesse texto, se filiam.

A primeira vertente está inserida no paradigma que procura compreender a passagem das sociedades tradicionais, pré-capitalistas, essencialmente rurais, para uma sociedade moderna, capitalista, essencialmente urbana. Indica, desse modo, que o rural perderia sua identidade enquanto espaço rural, ou seja, o espaço urbano enquanto fonte de valores dominantes estabeleceria seu domínio sobre todo o conjunto urbano-rural da sociedade.

Já a segunda vertente está inserida no contexto em que, mesmo com a aproximação entre o rural e o urbano, não desaparecem suas particularidades. Nessa vertente ressaltam-se as semelhanças e diferenças entre o extremo urbano e o extremo rural, demonstrando a continuidade de relações existentes entre estes espaços, representando a reafirmação da existência do rural. Assim, áreas com características próprias permaneceriam existindo, mas com grau de inserção à dinâmica social e econômica regional e global diferenciada. Para esta vertente, o processo de desenvolvimento histórico gera maior interação entre o urbano e o rural, porém não havendo homogeneização.

De modo geral, o *continuum*, enquanto unidade espacial pode contribuir para o entendimento da dinâmica de um espaço que está em constante transformação. Ou seja, como indica Rosa & Ferreira (2006), acredita-se que a noção de *continuum* pode ser pensada para se entender que tanto o urbano quanto o rural são partes da mesma sociedade, fazem parte da “totalidade” (SANTOS, 2004b).

### **Considerações Finais**

A problemática da questão cidade-campo, urbano-rural, e do entendimento de suas analogias, relações, complementaridades e contradições, é muito mais ampla que a trazida neste texto, tampouco foi nossa intenção esgotar o seu debate. Contudo, podemos tecer e também ressaltar algumas considerações, que, em certa medida, já foram expostas no decorrer do texto.

Primeiramente, é importante que entendamos que a compreensão da problemática atual da questão cidade-campo, urbano-rural, deva considerar o processo de sua construção histórica. Com o exacerbamento da divisão do trabalho, do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da difusão dos sistemas cibernéticos, as configurações da sociedade se transformam, tornando cada vez menos perceptível as diferenças entre a cidade e o campo e principalmente entre o urbano e o rural.

A tentativa de utilização de diferentes critérios e atributos para desobscurecer a questão e elucidar a diferenciação entre o que é cidade/urbano e o que é campo/rural, não atendem a compreensão da problemática em sua plenitude, visto sua complexidade.

A consideração de abordagens teórico-metodológicas para a interpretação da questão parece-nos mais produtiva, principalmente pela potencialidade de qualificação dessas categorias analíticas (cidade/campo e urbano/rural), o que parece-nos ser o grande problema em questão, e, conseqüentemente, pelo fato da possibilidade de compreensão da dinâmica das relações e contradições que compõem a sociedade no tempo-espaço.

Nesse sentido, a proposição da superposição de formas, relações e qualidades urbanas e rurais, por meio de um *continuum* espacial, pode ser considerada uma forma alternativa para se pensar a questão, principalmente enquanto procedimento de análise espacial. Essa proposição, embora necessite de maior aprofundamento, dado suas vertentes, parece representar uma possibilidade real de avanço no sentido da compreensão da configuração do espaço contemporâneo, um espaço em constante construção, destruição, manutenção e transformação.

## Referências Bibliográficas

BEAUJEU-GARNIER, J. 1997. *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BERNARDELLI, M. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M.(Org). 2006. *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo, Expressão Popular, 33-52.

CHEPTULIN, A. 2004. *A dialética materialista: Categorias e leis da dialética*. São Paulo, Alfa Ômega.

CHRISTALLER, W. 1933. *Die Zentralen Orte in Suddeutschland: Eine Okonomischgeographisch Untersuchung uber die Gesetzmassigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit Stadtischen Funktionen*. Jena, Gustav Fischer Verlag.

- ENDLICH, Â. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M.(Org.) 2006. *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo, Expressão Popular, 11-31.
- HARVEY, D. 1996. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- IBGE. *Países@*. [Online] Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/> [Acessado 21 novembro 2011].
- LEFEBVRE, H. 1999. *Revolução Urbana*. Belo Horizonte, Ed.UFMG.
- LEFEBVRE, H. 2001. *O direito à cidade*. São Paulo,Centauro.
- MARQUES, M. 2002. *O conceito de espaço rural em questão*. Revista Terra Livre, 19, 95-112.
- MUMFORD, L. 1998. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes.
- ROSA, L. & FERREIRA, D. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, M. (Org).2006. *Cidade e Campo:relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo,Expressão Popular, 187-204.
- SANTOS, M. 2004a. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo, Edusp.
- SANTOS, M. 2004b. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo, Edusp.
- SPOSITO, M. A questão cidade-campo:perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO M.(Org.). 2006. *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo, Expressão Popular, 111-130.
- SPOSITO, M. 2000. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo, Contexto.
- WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. 1987. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara.